



Serviço Público Federal
Ministério do Turismo
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Divisão Técnica do Iphan-SE

PARECER TÉCNICO nº 29/2021/DIVTEC IPHAN-SE/IPHAN-SE

ASSUNTO: Reavaliação do Modo de Fazer Renda Irlandesa tendo como referência o ofício em Divina Pastora

REFERÊNCIA: Proc. 01450.004129/2019-70

Aracaju, 16 de março de 2021.

Introdução

O presente Parecer Técnico apresenta a Reavaliação do Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência o Ofício de Divina Pastora, para a Revalidação de seu título de Patrimônio Cultural do Brasil.

A renda irlandesa é uma renda de agulha, dentre as muitas existentes no Brasil. O lacê - um cordão revestido por linha de seda - é a matéria-prima e o traço distintivo da renda irlandesa. Fixado ao risco ou debuxo, o traçado de um sinuoso desenho feito sobre papel manteiga, o lacê delimita os espaços vazios que serão preenchidos com uma multiplicidade de pontos, bordados com fios de linha. É o lacê que confere à renda irlandesa a textura, o brilho, o relevo e a sinuosidade que lhes são características.

Este modo de fazer remonta à Europa do século XVII, e desde o período colonial vem sendo apropriado e ressignificado no Brasil por mulheres, notadamente na região denominada Cotinguiba, que historicamente se constituiu enquanto destacada zona da agroindústria do açúcar. Nesta região do estado de Sergipe, localiza-se o município de Divina Pastora, onde a renda irlandesa foi introduzida e que abrigou inicialmente as rendeiras que são referência nesse ofício, hoje já disseminado no Estado.

A solicitação de registro foi encaminhada ao Presidente do Iphan, em 20 de novembro de 2006, pela Associação para o Desenvolvimento da Renda Irlandesa de Divina Pastora – ASDEREN, por intermédio da Sra. Elisabete Raimundo dos Santos, rendeira e presidente da associação. O pedido foi endossado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pela Câmara de Vereadores e pelo Conselho Municipal de Cultura de Divina Pastora/SE. Na documentação encaminhada, constam autorizações assinadas por 180 entusiastas e detentores do saber-fazer relacionado ao Modo de Fazer Renda Irlandesa. Ao dia 28 de janeiro de 2009, o Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência o ofício praticado em Divina Pastora/SE, foi incluído no Livro de Registro dos Saberes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), conferindo assim a essa modalidade de ofício artesanal o título de Patrimônio Cultural do Brasil.

Conforme o sétimo artigo do Decreto 3.551/2000, cabe ao Iphan, pelo menos a cada dez anos, reavaliar os bens culturais registrados e decidir sobre a revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil. Em 12 de julho de 2019, foi instituída a Resolução Nº 5, que determina os procedimentos de instauração e instrução dos processos de reavaliação e revalidação do registro de bens culturais. Em conformidade à legislação, em outubro de 2019 foi instaurado o processo administrativo de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil do Modo de Fazer Renda Irlandesa (01450.004129/2019-70), requisitando a manifestação técnica do Departamento de Patrimônio Imaterial e à Superintendência do Iphan em Sergipe a indicação dos técnicos responsáveis pelo acompanhamento dos procedimentos necessários à efetivação do processo.

Junto ao Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), as Coordenações Gerais de Identificação e Registro (CGIR) e Coordenação Geral de Promoção e Sustentabilidade (CGPS), emitiram a Nota Técnica 1 (1735484) que destacava os aspectos culturalmente relevantes e estruturantes do bem cultural registrado e apontava aspectos que diziam respeito às transformações do bem e sua salvaguarda, sugerindo questões e reflexões que poderiam guiar o processo de reavaliação do registro do “Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência o ofício praticado em Divina Pastora/SE” (doravante, citado apenas como Renda Irlandesa).

Antes de darmos início ao processo de reavaliação, ao seis de novembro de 2019 nos reunimos, técnicas e chefe da Divisão Técnica do Iphan/SE, com Rodrigo Ramassote, técnico do DPI, para discutirmos os critérios adotados no processo de reavaliação do bem

cultural e os procedimentos da instauração do seu processo administrativo e demais etapas a serem seguidas para a Revalidação. Aproveitamos a visita do técnico do DPI para realizarmos, no dia seguinte, uma reunião com membros do Conselho Consultivo do Modo de Fazer Renda Irlandesa a fim de apresentar as diretrizes gerais dos processos de reavaliação e revalidação às detentoras e demais agentes relacionados ao bem cultural, assim como pensarmos em uma agenda de trabalho para nos reunirmos.^[1]

Ainda em novembro, elaboramos uma ficha de cadastro das rendeiras, que foi enviada aos membros do Conselho representantes dos municípios e associações de Divina Pastora, Laranjeiras, Maruim e Estiva. Entre dezembro e janeiro recolhemos e tabulamos essas fichas,^[2] atualizando os dados que tínhamos na Superintendência e criando uma agenda dos contatos que seriam mobilizados para realizarmos as reuniões em cada núcleo.

A partir do que foi apontado na Nota Técnica 1 e no “Roteiro básico para Revalidação do bem” (anexo à Resolução Nº 5), elaboramos o material das reuniões cujo objetivo era o de levantar junto às detentoras as informações acerca das mudanças ocorridas desde o registro, avaliações das ações já realizadas e sugestões que pudessem guiar o apoio e fomento para a continuidade e o fortalecimento deste bem cultural. O dossiê do Modo de Fazer Renda Irlandesa sistematiza diversas informações acerca do bem cultural e suas detentoras em uma série de tabelas e quadros, um precioso material que nos foi de grande valia para construção da metodologia que aplicamos em nossas reuniões.

Aos dias 10 e 17 de fevereiro e cinco de março, nos reunimos com as rendeiras de Divina Pastora, Laranjeiras e Estiva, e Maruim, respectivamente.^[3] Durante essas reuniões discutimos acerca dos seguintes tópicos: gênero e idade de quem produz renda irlandesa; tempo de prática; redes de transmissão do saber-fazer; formas de produção e matérias-primas da renda irlandesa; inventários de pontos e peças; ações de salvaguarda e avaliação do que já foi realizado e sugestões para ações futuras. A partir desses encontros, compreendemos que levantamos os dados necessários à discussão dos pontos apontados no “Roteiro básico de reavaliação do bem” e, conforme preconiza o artigo segundo da referida resolução, conseguimos identificar as transformações pelas quais o bem passou após o registro e diagnosticar os processos de produção, reprodução e transmissão do bem cultural. Em anexo, constam as relatorias e algumas fotos das reuniões realizadas.

1. Continuidades e transformações: produção e reprodução do Modo de Fazer Renda Irlandesa

A partir das discussões ocorridas nas reuniões com as detentoras e ao relacionar os dados levantados nesses momentos e nas fichas de cadastro com aqueles apresentados no dossiê do bem registrado, pudemos perceber as mudanças e permanências, referentes aos aspectos entendidos como culturalmente importantes na prática da renda irlandesa ao longo desses onze anos após o registro. Nos tópicos seguintes, analisaremos cada aspecto destacado nas reuniões, objetivando elaborar uma reflexão sobre a reavaliação do bem que possa contribuir para o futuro da Salvaguarda deste bem cultural.

1.1 Para além da referência de Divina Pastora: outros núcleos de produção da Renda Irlandesa

Ao avaliar o pedido de registro da Renda Irlandesa, a Câmara Técnica do Patrimônio Imaterial considerou necessária a ampliação dos estudos para outros municípios do estado de Sergipe, uma vez que a ocorrência da prática não estava subscrita exclusivamente a Divina Pastora. A segunda etapa da pesquisa encontrou rendeiras em outros municípios, mas sempre havia vinculação direta com Divina Pastora, e por isso o registro do modo de fazer não se restringiu ao município, mas manteve-o como referência do bem cultural.

No dossiê do bem registrado, é mencionada a produção desse tipo de renda em outros municípios do Estado, porém essa questão não é tratada em mais detalhes. Ao longo desses anos, outros municípios foram reconhecidos enquanto pólos de produção e integrados às ações de salvaguarda (como veremos mais adiante), passando a ser tratados como outros núcleos produtores da Renda Irlandesa as cidades de Laranjeiras e Maruim, e o povoado de Estiva, no município de Nossa Sra. do Socorro. Vale ressaltar que o reconhecimento desses núcleos está intimamente relacionado à instituição de grupos associativos de rendeiras e artesãs nessas localidades.^[4]

A Cooperativa dos Artesãos de Laranjeiras (COOPERLAR) foi constituída em 2009, e atualmente tem sede na Casa do Artesanato, localizada à Avenida Rotary s/nº, no centro da cidade. O espaço é um casarão com amplo galpão, onde são dispostos vários mostruários que abrigam as peças produzidas pelas artesãs associadas - algumas vitrines são compartilhadas e outras expõem peças de uma única artesã. Além das peças de renda irlandesa, ali podemos ver diversos bordados, pinturas em tecido, bonecas de pano, pequenas esculturas etc. A cooperativa foi fundada por 26 artesãs e atualmente conta com menos de 20 associadas. A estimativa é que no município tenha cerca de 30 rendeiras independentes.

No povoado de Estiva, um grupo de rendeiras formou-se há cerca de dez anos e contava, inicialmente, com apoio da Fábrica de Cimento NASSAU, que fornecia às rendeiras a matéria-prima para confecção de peças. Atualmente adquirem as linhas e lacê por conta própria e integram, junto a outros artesãos, o Centro de Atividades e Desenvolvimento do Povoado Estiva (CADE). O CADE foi fundado, em 2012, por 25 artesãos e atualmente as 12

rendeiras do povoado estão a ele associadas.

A Associação Renda Irlandesa, Artes e Talentos de Maruim (ARIATAM), foi fundada em 2010 com 18 associadas. A associação não possui sede própria, mas atualmente funciona em uma sala no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Em Maruim, as rendeiras que compareceram à reunião estimam que haja dez rendeiras independentes.

A ASDEREN, associação que propôs o registro do bem cultural, foi criada em 1998 e consolidada em 2000, com o apoio do Programa Artesanato Solidário. A sede da associação é ampla e bem estruturada, mas atualmente o espaço não é muito ocupado. Em outros tempos a associação já contou com cerca de 60 associadas, mas hoje apenas 14 seguem contribuindo regularmente com a associação e mantendo o vínculo. Em Divina Pastora já houve outra associação, a Associação dos Artesãos, Pequenos Agricultores, Pecuaristas, Renda Irlandesa, Rendendê e Outros (APRIC), que abrangia outras atividades e foi criada, em 2007, para reunir as rendeiras que se opunham à ASDEREN. Atualmente essa associação não está ativa e a maior parte das rendeiras do município, que somam, aproximadamente, cem mulheres não possuem nenhum vínculo associativo.

Durante as reuniões realizadas entre fevereiro e março do corrente ano, o tema das associações era recorrente. Em todos os núcleos as rendeiras nos falaram sobre o esvaziamento e enfraquecimento das associações, que além de estarem diminutas em número estão também menos ativas. O número de associadas não é necessariamente a questão, mas a falta de engajamento das poucas que seguem integrando esses grupos associativos.

Há sempre a referência ao tempo em que a associação era mais ativa. Havia o tempo em que as associadas se juntavam para realizar as compras de matéria-prima, em que dividiam as grandes encomendas e que encontravam nos espaços da associação um local de compartilhamento e aprendizagem. A associação era um local de referência para as rendeiras - de produção, venda, aprendizado e sociabilidade.^[5] Em Divina Pastora, Laranjeiras, Estiva e Maruim escutamos diversas razões para esse enfraquecimento dos centros associativos. Quando o problema é identificado à gestão, falam em falta de transparência, favoritismo na distribuição de encomendas e na escolha das peças que serão vendidas em eventos e má gestão dos recursos financeiros. Em relação às associadas, mencionam o desinteresse em participar das reuniões e discussões do coletivo, daquelas que se afastam por desafetos individuais, da dificuldade em lidar com os possíveis prejuízos - pois para dividir os ganhos, é preciso estar disposto a dividir também as perdas. É também recorrente a denúncia do desinteresse dos governos municipais, que em outros tempos apoiaram as associações e as artesãs, com a doação de matéria-prima ou com a articulação para realização de cursos e oficinas.

1.2 Modos de (re)produção

Sobre as formas de aprendizado da renda irlandesa, no dossiê temos acesso às narrativas que nos contam sobre quem aprendeu vendo mães, tias e vizinhas fazendo e começou a copiar, a partir de redes de transmissão mais tradicionais e informais. Mas há também no dossiê a menção “aos cursos específicos que são ministrados sob o patrocínio de entidades diversas, entre as quais se destacam as prefeituras municipais e outras instâncias governamentais” (Dossiê Iphan 13 – Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência o ofício em Divina Pastora, 2014, p. 87).

Em Divina Pastora, a ASDEREN já foi sede de cursos e oficinas que ofereceram, para muitas rendeiras, o contato inicial com a sinuosa e brilhosa renda irlandesa. Em 2010 uma série de cursos foram ofertados na sede da associação. Foram realizadas duas oficinas de debuxo, promovidas pelo SEBRAE e pelo Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart). Houve também o projeto da escola de renda, executado pela ASDEREN com apoio do SEBRAE e recursos da FAFEN, subsidiária da Petrobrás. À época foram ofertados diversos cursos, que culminaram num desfile de moda realizado em junho de 2011. Além da capacitação de costureiras, esse mesmo projeto viabilizou a adequação do espaço da sede da ASDEREN.

Em Laranjeiras foram lembradas as oficinas ofertadas durante o Encontro Cultural de Laranjeiras^[6] e os cursos de capacitação solidária, realizados no início dos anos 2000. Nessa época, os cursos eram ofertados pela prefeitura e um grupo de cerca de 30 mulheres aprenderam com D. Adélia, de Divina Pastora, a fazer renda irlandesa. Uma dessas mulheres era D. Nalva, que depois passou a ministrar as oficinas em Laranjeiras e hoje é uma das rendeiras mais experientes do município - assim como D. Gilda, que aprendeu o ofício em Divina Pastora, antes dos cursos em Laranjeiras.

As rendeiras de Estiva têm todas o mesmo tempo de prática, dez anos, e aprenderam com Socorro, Edna, Ninha, Isabel - todas de Laranjeiras - e Elizabeth, de Divina Pastora; também em cursos apoiados pela prefeitura.

Em Maruim a prefeitura municipal, pelo menos até o ano passado, apoiava o curso de renda irlandesa, sendo responsável pela remuneração de D. Natália e oferecendo a sala do CRAS onde são realizadas as aulas - que, como dito anteriormente, abriga a associação. Natália começou a dar aulas em Divina Pastora, mas seu primeiro curso oficial foi por uma contratação da EMSETUR. Já deu aulas em Canabrava (povoado de Santa Rosa de Lima) e Muribeca.^[7] Ensina renda desde seus 19 anos (hoje tem 64) e muitos dos cursos que deu ao longo desses anos não foram remunerados. O curso que D. Natália oferece pela prefeitura

tem duração de um ano e as aulas ocorrem de segunda-feira a sexta-feira, no período matutino. Pudemos perceber que em Maruim o curso ainda é um espaço importante, tanto para a transmissão de saberes quanto para a criação e reprodução de laços entre as rendeiras.

As sedes dos coletivos são, além dos espaços domésticos, importantes locais de aprendizagem do Modo de Fazer Renda Irlandesa. Como os nomes de referência dessas redes de transmissão de saberes foram mencionadas: Dona Alzira, Dona Terezinha (irmã de Dé), Dona Sinhá, Dona Jó, D. Maria Eugênia, D. Vitu, Maroca, D. Ruth, D. Adélia, D. Conceição, Dôra, Dona Rita, Elizalda Rendeira, D. Zu, Marlene, Maria José e D. Elizabeth de Divina Pastora; Socorro, Edna, Ninha, Isabel, Nalva, Dôra, D. Gilda e Vanusa, que ensinaram não só em Laranjeiras, mas também em Estiva; em Maruim, além de D. Natália, Maria Edite também ensina o ofício.

Foi-nos também apontada uma distinção, entre aprender a renda e *tornar-se* rendeira. Aprender alguns pontos e conseguir confeccionar uma peça não faz de alguém uma rendeira. A pessoa torna-se rendeira quando consegue produzir uma peça que pode ser vendida, com bom acabamento e pontos bem feitos. Para tornar-se rendeira não basta aprender, tem que se aperfeiçoar, buscando sempre aprender novos pontos, melhorar o acabamento e buscar ter domínio sobre todas as etapas do processo que envolvem a confecção de uma peça: fazer o risco ou debuxo, alinhar o lacê sobre o risco, bordar entre os espaços vazios, separar a renda do papel, cortando os alinhavos; e limpar a renda, sem deixar nenhum pedaço de linha solta. O aprendizado pode ser adquirido em um curso ou oficina, mas nem sempre ao fim do curso a aluna *torna-se* rendeira.

Atualmente, a maior parte das rendeiras têm entre 40 e 60 anos. A mais nova tem dez anos e a mais velha é D. Enedete, de Maruim, que tem 81 anos. Em relação ao tempo de prática, a maior parte das rendeiras já fazem renda irlandesa há, pelo menos, mais de seis anos e, dentre as cadastradas, oito possuem mais de meio século de prática. Quanto ao gênero, ao longo deste Parecer flexionamos os substantivos apenas no feminino porque a renda irlandesa, atualmente, só é praticada por mulheres. Em Divina Pastora, Maruim e Laranjeiras mencionaram homens que faziam renda, mas que hoje já não a praticam.

O receio de descontinuidade da prática é uma questão recorrente. Como fazer com que as jovens se interessem pela renda irlandesa? Segundo as próprias rendeiras, os motivos podem ser vários: desinteresse pela prática, dificuldades de aprendizagem dos pontos, custo da matéria-prima e baixo retorno financeiro do produto. Mas algumas medidas de estímulo poderiam ser tomadas, como a oferta de mais oficinas e cursos e tornar a renda irlandesa tema de aulas, apresentando e discutindo o ofício nas escolas.

O baixo retorno financeiro é um desestímulo a todas as rendeiras. Além do lacê, principal matéria-prima, ser caro, a aquisição dos produtos também é custosa,^[8] e não só financeiramente. As rendeiras precisam se deslocar até a capital, Aracaju, para comprar o lacê, as linhas e os papéis utilizados na confecção da renda irlandesa. Em Divina Pastora e em Maruim as rendeiras podem adquirir os materiais nas associações, mas com o mesmo custo que nos armarinhos, economizando o dinheiro e o esforço do deslocamento até a capital. Atualmente a maioria das rendeiras trabalha por conta própria, sob encomenda direta, e são responsáveis por todo o processo de produção: risco, compra de matéria-prima, confecção e venda. Quando havia grandes encomendas, a associação geralmente atuava como contratante, decidindo o risco e os pontos, fornecendo o material e parcelando a encomenda entre diversas rendeiras. Hoje as encomendas são escassas e a maior parte das rendeiras define como será sua produção, geralmente optando por peças menores, que requerem menos tempo de confecção, têm menor custo e mais chances de serem vendidas.

Pelo baixo retorno financeiro da renda irlandesa, esta constitui-se em fonte de renda secundária. As outras fontes de renda dessas mulheres são seus salários, pensões, aposentadorias e algumas são beneficiadas pelo Bolsa Família.

Além dos espaços das associações e de suas próprias casas, as rendeiras vendem suas peças em feiras de artesanato. Mas na comercialização das peças elas enfrentam diversas dificuldades. O acesso aos espaços já existentes de comercialização é irregular, já que a participação nas feiras pode ser custosa ou envolver um processo de seleção bastante restritivo.^[9] O mercado muitas vezes não é qualificado para esse tipo de produto, que exigiria um público consumidor de maior poder aquisitivo. As rendeiras também falam da apresentação inadequada dos produtos - para elas, é preciso ressaltar o estatuto simbólico do produto e do ofício, a fim de que o valor cultural da renda irlandesa seja difundido e o trabalho das rendeiras seja, simbólica e praticamente, valorizado.

Diante dessas dificuldades, por que seguir fazendo Renda Irlandesa?^[10]

“Eu aprendi porque não queria plantar cana, aí meu pai mandou fazer alguma coisa – aprendi com a minha prima Lourdes, que aprendeu com Dona Sinhá. A renda é um complemento na renda, com ela eu ajudo o marido. Tem mais três irmãs que fazem” (rendeira de Divina Pastora)

“Por necessidade e por achar um trabalho lindo que não deve morrer. Hoje a renda é muito importante em minha vida porque não tem coisa melhor você ser reconhecida pelo seu trabalho. É muito gratificante ver os turistas te parabenizando. Eu amo meu trabalho” (rendeira de Divina Pastora)

“Tudo o que sou e tenho foi a renda que me deu. Então é parte de mim” (rendeira de Laranjeiras)

“Foi lindo quando aprendi, porque era um sonho, e minha filha realizou ensinando-me. A renda é secundária na minha vida, e uma terapia” (rendeira de Laranjeiras)

“Me casei e fui morar em Divina Pastora, onde conheceu Adélia – foi com ela que aprendeu a fazer renda. Me empolguei e comecei a fazer, fui me aperfeiçoando, e fui embora para Laranjeiras – onde tinha um curso no CAIC (com dona Gilda). Daí fui me aperfeiçoando, aprendi direito e até hoje estou me desenvolvendo. Tem mais ou menos 30 anos que faz renda. É um trabalho interessante, esquece as preocupações, é muito significante” (rendeira de Laranjeiras)

“Porque teve um projeto dentro da comunidade de Estiva e fui participar, gostei muito, não conhecia nenhum tipo de artesanato, e hoje sou apaixonada em fazer a renda irlandesa e crio os riscos onde dá forma a renda irlandesa. A renda é uma terapia onde se distrai e ver o trabalho reconhecido” (rendeira de Estiva)

“Por curiosidade, e logo o gosto pela costura e beleza da renda irlandesa. Uma terapia que me traz bastante aprendizado na convivência com as outras pessoas e principalmente me ajudou nos momentos da minha vida, onde perdi meu pai, e o grupo só veio a ajudar” (rendeira de Maruim)

“Porque eu achava muito linda, depois tornou-se o objetivo da minha vida. A renda me deu muito. Faz parte da minha vida, tudo o que eu tenho eu devo a Deus, e em segundo lugar à renda irlandesa” (rendeira de Maruim)”

A renda irlandesa é um meio de conquistar autonomia, elas escolhem fazer Renda e a partir dela conseguem complementar a renda. É também através da renda irlandesa que elas se realizam e têm seu trabalho reconhecido. Preencher os espaços vazios entre as sinuosas linhas de lacê é uma forma de terapia e produzir uma peça é produzir algo belo. É com e na renda que redes de sociabilidade, afetos e saberes são construídas, e a continuidade da prática permite que esses laços sejam mantidos e a técnica aperfeiçoada.

1.3 Inventários: outros pontos, novas peças

Seguindo as etapas que conformam o processo de confecção de uma peça, iremos falar sobre as continuidades e mudanças nos riscos, ou debuxos, pontos e peças. Sobre inovações e tradições, as rendeiras falaram que, em relação aos riscos, entre os de Dona Sinhá e os que são feitos hoje há muita diferença. Os debuxos de D. Sinhá, uma das senhoras a quem as narrativas recolhidas acerca da origem da renda irlandesa em Divina Pastora atribuem a difusão dessa prática na localidade, eram mais detalhados. Feitos com caneta tinteiro, o risco tinha duas linhas, demarcando o espaço onde ficaria o lacê. Hoje em dia o mais comum é que os riscos sejam feitos com apenas uma linha, que conforma o desenho. Há bastante inovação em relação aos debuxos, e, por conta disso, há, inclusive, uma preocupação com a perda de riscos antigos, que hoje já não são mais repetidos.

O debuxo é instável e a partir de um mesmo risco podem ser confeccionadas peças diferentes. Há uma discussão acerca da autoria do debuxo; enquanto algumas rendeiras não se importam em passar adiante seus riscos, outras defendem que esse é um trabalho autoral, que identifica uma rendeira e sua obra e, portanto, um risco não deve ser passado adiante sem que sua autora seja reconhecida. São poucas as rendeiras que vendem um risco, a maior parte delas permite que seus debuxos sejam copiados sem cobrar por isso. D. Francisca, de Divina Pastora, diz não se importar ao ver seu risco em peças produzidas por outras rendeiras, porque para ela cada peça é única e, mesmo que sejam feitas a partir de um mesmo risco, duas peças são sempre diferentes. Não há consenso acerca dessa questão, mas todas concordam que seriam proveitosas oficinas de capacitação para confecção dos riscos, que estimulassem a criatividade das rendeiras. Assim como também seria valiosa a compilação de debuxos antigos. Estes são guardados de forma individual, algumas rendeiras guardam consigo os riscos que herdaram ou que produziram anos antes. Elas avaliam que seria interessante criar um catálogo de debuxos, que pudesse por elas ser consultado.^[11]

Sobre os pontos, nos baseamos no mostruário do Dossiê (Dossiê Iphan 13 – Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência o ofício em Divina Pastora, 2014, p. 86) para levantarmos quais seguiam sendo feitos e quais os mais utilizados, assim como se houve novas criações. No mostruário dos pontos abaixo, extraído do Dossiê, destacados em verde os pontos mais feitos e em amarelo os pouco utilizados. Os que não possuem nenhum destaque são reconhecidos por todas, mudando algumas nomenclaturas, mas raramente executados. Ao repertório de pontos foram adicionados: *aranha de sexto*, *pipoca*, *pera*, *mosca* e *palma*.



Imagem do Dossiê Iphan 13 – Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência o ofício em Divina Pastora, 2014, p. 86.

Os esforços para superar as dificuldades em comercializar a renda irlandesa também envolvem a criação de novas peças. No dossiê (ibid., p. 91) consta o “inventário de referência de peças elaboradas pelas rendeiras de Divina Pastora” onde há uma relação de peças divididas nas seguintes categorias: cama e mesa, peças avulsas, vestuário, enxoval de bebê e peças sacras. Utilizamos esse inventário para discutir quais peças ainda são feitas, quais deixaram de ser produzidas e quais as novas peças que compõem o repertório das rendeiras.

Cama e Mesa	Vestuário (e acessórios)
almofada*	blazer*
argola para guardanapo	blusa
caminho de mesa	bolsa
capa para liquidificador	chapéu
<u>centro de mesa</u>	chinelos
colcha*	gola vestido
<u>fundo de copo</u>	pala camisola
guardanapo	punho
jogo americano	saia*
jogo de cama (barra de renda)*	sapato
pano para garrafa	<i>vestido*</i>
passadeira	<i>colete</i>
sous-plat	<i>presilha</i>
toalha de banquete*	<u>colar</u>
toalha de jantar*	<u>brinco</u>
<u>toalha de lavabo</u>	<i>biauini</i>

<i>pano de bandeja</i> <i>cúpula de abajur</i> <i>porta talher</i>	<i>anel</i> <i>diadema (arco)</i>
Peças Avulsas aplicações barras e bicos de renda cabides revestidos saquinhos para sachê <i>capa de celular</i> <i>capa para tablet</i> <u><i>marca página</i></u> <i>porta moeda</i> <u><i>carteira</i></u> <i>porta adoçante</i> <i>chaveiro</i> <i>suporte para papel higiênico</i> <i>porta óculos</i>	Enxoval de bebê babador colcha de berço cortinado com detalhes em renda* manta* pala de camisola rolo para berço sapatinho toalha <i>lacinho</i>
	Peças sacras estolas* toalha para altar* toalhinha para sacrário* <i>terço</i>

Tabela baseada no “inventário de referência de peças elaboradas pelas rendeiras de Divina Pastora”, do Dossiê Iphan 13 – Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência o ofício em Divina Pastora, 2014, p. 91.

Legenda: Os itens sublinhados indicam as peças mais vendidas; os itens riscados não são mais feitos; o asterisco indica peças feitas somente sob encomenda; e em itálico as novas peças.

Abaixo, alguns exemplares de marca-páginas, porta adoçante, brincos, diadema e colar; novas peças que agora são confeccionadas pelas rendeiras.





Thamires Leonel, Laranjeiras, 2020.



Flávia Gervásio, Divina Pastora, 2020.

2. Salvaguarda: ações, avaliações e encaminhamentos

Neste segundo bloco, iremos abordar algumas ações já realizadas no âmbito da salvaguarda do bem cultural registrado, procurando ressaltar como as detentoras avaliam essas ações. O lacê, como já fora indicado desde o registro da Renda Irlandesa, é um ponto central e delicado, e será tratado, em mais detalhes, à parte. Por fim, a partir do que discutimos com as rendeiras nas reuniões realizadas no âmbito desse processo de Reavaliação, vislumbramos alguns horizontes para as futuras ações de salvaguarda da Renda Irlandesa.

2.1. Ações e avaliações

A inscrição no Livro dos Saberes, mediante a qual o fazer da renda irlandesa passou a ser dotado de um estatuto simbólico diferenciado, pode ser compreendida enquanto resultado de um extenso processo em que essa prática social vinha sendo alvo de políticas públicas e ações voltadas ao reconhecimento de seu valor. Não é possível precisar o momento em que

tiveram início as ações orientadas à promoção da continuidade desse saber e dessa prática. Mas destacamos aqui algumas iniciativas importantes para a implantação da salvaguarda realizadas pela Superintendência do Iphan em Sergipe.

Entre essas iniciativas, voltadas à coordenação e articulação de iniciativas por agências diversas, podemos citar a realização do *Divina Renda: I Seminário de Discussão para a Salvaguarda*; produção da Exposição Itinerante Divina Renda; criação de uma identidade visual (doadas para as rendeiras em mídia digital para reprodução) e produção e distribuição para as rendeiras de 5.000 etiquetas que identificam a Renda Irlandesa como Patrimônio Cultural Brasileiro; e a instauração de um Conselho para a Salvaguarda da Renda Irlandesa.

Em abril de 2009, foi realizado o seminário *Divina Renda* no auditório do Senac, localizado em Aracaju. Aberto ao público em geral, o Seminário teve como objetivo divulgar o registro do bem cultural e promover o diálogo com instituições governamentais e organizações da sociedade civil, a fim de viabilizar parcerias que visassem a proteção, a difusão e a valorização da Renda Irlandesa.

Em 2010, foi reeditada a exposição *Divina Renda*. Esta já havia sido produzida na sede da ASDEREN em 2007, projeto já aventado à época da pesquisa para instrução do registro. A mostra, que incluiu painéis, mobiliário de época, debuxos e peças de renda irlandesa, foi realizada pela prefeitura do município, com o apoio técnico da Superintendência do Iphan em Sergipe, e foi aberta durante o Encontro Cultural de Divina Pastora. O projeto foi reeditado com a proposta de itinerância, e a nova mostra foi apresentada ao público na sede da Superintendência do Iphan. O evento também foi ocasião para posse do Comitê Gestor e contou com a exposição do vídeo documentário produzido durante a Instrução Técnica e distribuição das etiquetas de identificação da renda irlandesa como Patrimônio Cultural do Brasil. A exposição *Divina Renda* circulou por outros espaços da cidade e em 2012 esteve na Superintendência do Iphan em Alagoas. No mesmo ano foram realizadas as já mencionadas oficinas de debuxo, promovidas pelo Promoart e em parceria com Sebrae.

Em 2013 foi publicado, pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/IPHAN), *Divina Pastora: caminhos da Renda Irlandesa*. Organizado por Wilmara Figueiredo e Marina Zacchi, a publicação traz, além de artigos sobre o bem e os processos de registro e salvaguarda; um caderno de debuxos, que apresenta os padrões de risco antigos, de flores, litúrgicos.

Em 2014, além da publicação do volume 13 da coleção Dossiê do Bens Registrados, dedicada ao Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência o Ofício em Divina Pastora, foi criada a identidade visual *Renda Irlandesa - Patrimônio Cultural do Brasil*. Esta estampou folder e calendário produzidos para divulgação do bem cultural e de suas detentoras, além das etiquetas, que, como dito anteriormente, foram doadas às rendeiras. No mesmo ano, foi publicado o catálogo de produtos da Renda Irlandesa, em parceria com o Instituto Banese e Governo do Estado de Sergipe. Em 2016 etiquetas e catálogos foram reimpressos e distribuídos aos núcleos e neste ano a identidade visual das etiquetas foi revista, a partir dos apontamentos das rendeiras, sendo entregue aos núcleos, para que esses pudessem reproduzi-la conforme seja necessário.

Entre 2016 e 2018, foi produzido o vídeo documentário *Renda Irlandesa: vida e arte das rendeiras sergipanas*. Executado por meio de convênio com a Fundação Cultural da Cidade de Aracaju (Funcaju), o documentário foi produzido por alunos das últimas séries do ensino fundamental da rede pública de Divina Pastora, que participaram das oficinas de audiovisual, tendo como foco as histórias de vida das rendeiras do município.

Para as rendeiras, os materiais como publicações, folders e etiquetas são de grande valia, pois ajudam na divulgação e valorização de seu ofício. As etiquetas valorizam o produto, identificando-o enquanto bem cultural registrado. Durante as feiras e eventos onde comercializam e expõem suas peças, os folders são um ótimo meio de apresentar a Renda Irlandesa ao grande público, com informações que ressaltam o valor simbólico dessa prática e, assim, valorizando o produto e o ofício das rendeiras. As renderias gostariam que mais materiais desse tipo fossem produzidos, pois avaliam que são um meio simples e efetivo de transmitirem aos consumidores o valor de suas peças, de forma que eles possam compreender todo o trabalho envolvido na produção da renda irlandesa e a importância de manter essa prática viva, apoiando quem as produz.

Como dito anteriormente, em 2010 foi instituído o Comitê Gestor para Salvaguarda da Renda Irlandesa. Ao longo desses anos a atuação do Comitê foi marcada por oscilações, em sua atuação e composição, bem como por descontinuidades. Inicialmente, foi avaliada a pertinência de instauração de não uma, mas duas instâncias, para as discussões e ações relacionadas à salvaguarda do bem cultural: um Conselho Consultivo e um Comitê Gestor.

Ao Conselho cabia apoiar a salvaguarda, debater e propor ações para implantação do Plano de Salvaguarda, elaborar, formatar e administrar projetos voltados à continuação do bem; e eleger os membros do Comitê Gestor. Para integrar o Conselho foram convidadas, sem que fosse estabelecido um limite, instituições consideradas afinadas à política de salvaguarda. Assim, o Comitê passou a ser composto por cinco assentos, ocupados por um representante do Iphan, rendeiras - duas de Divina Pastora e uma de Laranjeiras - e um representante da prefeitura de Divina Pastora. Já o Comitê Gestor tinha como atribuição implantar o plano de salvaguarda e subsidiar as discussões do Conselho Consultivo na proposição de ações. A ideia era que o Comitê Gestor também propusesse atividades, de modo integrado e coordenado, evitando superposições.

Em seus relatórios, elaborados em 2012, Marina Zacchi apontava que as reuniões do Conselho^[12] eram “um importante espaço de circulação de informações e mesmo de laboratório de ideias visando sanar dificuldades para a continuidade do fazer da renda irlandesa” (ZACCHI, 2012b), ao passo que apontava a necessidade de tornar a instância mais efetiva, com a realização de ações conjuntas e integradas; e que as representantes das rendeiras também deveriam ter participação mais ativa na proposta e execução das ações. Marina também ressaltou a confusão entre os papéis de cada instância, e que, na prática, Conselho e Comitê se confundiam.

Atualmente, há somente uma instância, o Conselho Consultivo do Modo de Fazer Renda Irlandesa, composto por um representante e um suplentes das seguintes instituições: Museu da Gente Sergipana, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Social de Comércio (SESC), Associação para o Desenvolvimento de Renda de Divina Pastora (ASDEREN), Cooperativa dos Artesãos de Laranjeiras (COOPERLAR-SE), Associação Renda Irlandesa, Artes e Talentos de Maruim (ARIATAM), Centro de Atividades e Desenvolvimento do Povoado Estiva (CADE) e pelas prefeituras de Divina Pastora, Laranjeiras e Maruim. Devido ao exposto no Decreto Nº 9579/2019^[13], o Conselho, que foi retomado em junho de 2019, não foi devidamente instituído, mas está em atividade.

Em relação ao Plano de Salvaguarda, recorro, mais uma vez, aos relatórios elaborados por Marina Zacchi. A partir deste material podemos compreender melhor como foi o processo de discussão e elaboração do plano, e nos relatórios temos acesso a detalhes que escapam às documentações que constam nos processos. Vale ressaltar que estes relatórios compreendem um recorte temporal muito limitado e que informações mais precisas sobre outros períodos são difíceis de retomar. Os motivos são diversos: a rotatividade de técnicos responsáveis pelas atividades referentes ao bem cultural; as diversas mudanças de gestão na superintendência, fator que sempre impacta o andamento das ações; e a perda de muitos documentos que estavam salvos, em formato digital, na rede e que desapareceram devido a problemas técnicos decorrentes de um backup.

Um dos produtos previstos no Termo de Referência da consultoria para qual Marina foi contratada foi a elaboração e implementação do Plano de Salvaguarda da Renda Irlandesa^[14]. Para execução do produto, Marina estabeleceu um plano de trabalho que consistia na realização das seguintes etapas: consulta e sistematização da documentação produzida na Instrução Técnica do registro; atualização de dados e diagnósticos acerca das condições de produção e comercialização; elaboração participativa de propostas para o Plano de Salvaguarda; articulação com parceiros potenciais para implantação das propostas elencadas; e consolidação e homologação, junto às rendeiras e instituições, do Plano de Salvaguarda. Com exceção da homologação, Marina Zacchi ao longo de sua consultoria conseguiu cumprir as etapas elencadas e chegou a elaborar um esboço do Plano de Salvaguarda, que resumimos na tabela abaixo:

Eixo	Objetivos	Ações
Mobilização Social e alcance da política	<p>Apoiar o fortalecimento e o funcionamento das associações de produtoras.</p> <p>Apoiar ao acesso a direitos sociais para a promoção de melhorias na qualidade de vida para as produtoras de renda irlandesa.</p>	<p>Reuniões do Comitê Gestor;</p> <p>Apoio à realização de assembleias pelas associações de detentoras;</p> <p>Oficinas de capacitação em associativismo e gestão;</p> <p>Assessoria continuada para capacitação em gestão;</p> <p>Política integrada voltada à apresentação da renda irlandesa em museus do Estado de Sergipe;</p> <p>Promoção de eventos de difusão da renda irlandesa,</p>
Gestão Participativa	<p>Promover a articulação interinstitucional entre diferentes agências, de natureza pública ou privada, com ações incidentes sobre a produção de renda irlandesa.</p> <p>Contribuir para o protagonismo das rendeiras em todo o processo de gestão do bem cultural em questão</p> <p>Contribuir para a gestão da produção e da comercialização, com a ampliação de mercado e abertura de novos pontos de comercialização</p> <p>Ampliar a margem de ganho das produtoras de renda irlandesa e o índice de satisfação com o ofício.</p> <p>Tornar mais igualitário entre as rendeiras o acesso às oportunidades de comercialização;</p> <p>Ampliação de mercado e acesso a novos espaços de comercialização.</p>	<p>Reuniões do Conselho Consultivo;</p> <p>Elaboração de documento balizador para a qualidade da renda irlandesa;</p> <p>Oficinas de qualificação de produtos e assessoria de designer para a criação de novas linhas de produtos;</p> <p>Apoio à participação em feiras e eventos;</p> <p>Criação de site para divulgação e comercialização de renda irlandesa;</p> <p>Produção e distribuição de material gráfico de divulgação (etiquetas, embalagens e catálogo de produtos).</p>
	Valorização da renda irlandesa junto à população abrangente	<p>Produção de material gráfico de divulgação (banners e folder);</p> <p>Ação educativa voltada à capacitação de professores das escolas municipais para o</p>

<p>Difusão e Valorização</p>	<p>Divulgar o estatuto simbólico diferenciado do Modo de Fazer renda irlandesa e a complexidade dos saberes envolvidos em sua produção</p> <p>Valorização do Ofício de Rendeira junto às populações dos municípios de referência, particularmente aos jovens e às mulheres jovens.</p> <p>Contribuir para a estruturação do turismo nos municípios de referência para a produção de renda irlandesa, com benefício para as detentoras do bem.</p>	<p>tratamento do assunto renda irlandesa;</p> <p>Reedição da Sala do Artista Popular-SAP da renda irlandesa e itinerância em Sergipe (ou montagem de nova exposição itinerante);</p> <p>Sensibilização de agentes de turismo para a abordagem da renda irlandesa;</p> <p>Sinalização nos municípios indicando a ocorrência de produção de renda irlandesa.</p> <p>Montagem de acervo de referência com catálogos, revistas etc com imagens de peças que utilizem renda irlandesa;</p> <p>Constituição de um acervo com trabalhos acadêmicos, matérias jornalísticas, catálogo de produtos relativos à renda irlandesa;</p> <p>Constituição de acervo de debuxos;</p>
<p>Produção e Reprodução Cultural</p>	<p>Promover melhorias nas condições de trabalho das produtoras de renda irlandesa</p> <p>Contribuir para a extensão do acesso à matéria prima, com qualidade e custo acessível, de maneira mais igualitária para todo o conjunto de rendeiras.</p> <p>Contribuir para a resolução de problemas relacionados à qualidade da matéria prima, particularmente o lacê.</p> <p>Apoiar a transmissão de saberes associados ao fazer da renda irlandesa, em caráter de iniciação ou de aperfeiçoamento.</p>	<p>Criação de um Centro de Referência em Divina Pastora e adequação de espaço físico em outros municípios;</p> <p>Aquisição de estoques de matéria prima e disponibilização para as rendeiras a preço de custo;</p> <p>Criação de um acervo de referência com a documentação das peças de renda irlandesa que vão sendo produzidas;</p> <p>Criação de um acervo de referência com material de divulgação, catálogos de produtos, além de trabalhos acadêmicos incidentes sobre a renda irlandesa para que fiquem acessíveis às produtoras de renda irlandesa;</p> <p>Oficinas de transmissão de saberes das diferentes etapas de produção;</p> <p>Transmissão dos saberes associados à produção de renda irlandesa como atividade de contraturno em escolas dos municípios em que ocorre produção de renda irlandesa;</p> <p>Produção de cartilha com documentação de variantes dos debuxos.</p>

A previsão de homologação do Plano de Salvaguarda estava prevista, em princípio, para fevereiro de 2013. Ao longo de 2012, as reuniões do Conselho e do Comitê já foram mais espaçadas. Em decorrência das eleições municipais realizadas naquele ano, muitas mudanças na gestão foram realizadas e diversas pessoas que estavam inseridas nas discussões sobre a salvaguarda da Renda Irlandesa foram afastadas. Por tudo isso, foi, portanto, difícil dar prosseguimento ao processo de homologação do Plano de Salvaguarda, que ficou inacabado.

Cumprir destacar que, como pudemos ver anteriormente, diversas ações relativas à gestão participativa, difusão e valorização, e produção e reprodução do bem cultural foram realizadas. Ainda que o documento do Plano de Salvaguarda não tenha sido devidamente concluído, a gestão do bem cultural seguiu sendo realizada e, nesse sentido, a Renda Irlandesa vem sendo salvaguardada. A seguir, tratamos com mais detalhes um dos pontos-chave para reprodução e continuidade desse bem.

2.2 O lacê: traço distintivo da Renda Irlandesa e essencial à continuidade do bem cultural

Como o inventário para o registro demonstrou, a fixação das artesãs no lacê-cordão deu originalidade à renda irlandesa, tornando-se elemento de sua identificação. Dessa forma, há que se implementar ações que favoreçam o acesso ao lacê, cuja história entrelaçada à história da renda irlandesa de Divina Pastora é marcada por muitos incidentes decorrente de descontinuidades na produção. Da continuidade e da qualidade desse item básico para a confecção da renda depende, também, a continuidade desse patrimônio (Dossiê Iphan 13 – Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência o ofício em Divina Pastora, 2014, p. 144).

O cordão achatado e revestido por linhas de viscose de seda é o que confere rigidez e brilho às peças e distingue a Renda Irlandesa de outros tipos de renda. Desde pelo menos a década de 1970, as rendeiras de Divina Pastora utilizam esse material na produção de sua renda e, desde fins dos anos 1980, sofrem com as descontinuidades na produção desse cordão.

O lacê era produzido exclusivamente pela YPU, uma fábrica têxtil localizada em Nova Friburgo, na região serrana do Rio de Janeiro. Ao fim dos anos 1980 as rendeiras começaram a ter dificuldade para encontrar o lacê nos armazéns e passaram a ter que adquirir a matéria-prima direto com a fábrica. Já nos anos 2000, a questão passou a ser a diminuição da qualidade do lacê e a possibilidade de descontinuidade de sua produção, já que corria a notícia de um possível processo de falência da YPU. Por diversas questões que não cabe aqui detalhar, a histórica fábrica, fundada em 1912, chegou a fechar; mas a produção têxtil seguiu, agora atrelada à empresa Expoente Bordados, que atualmente fabrica e comercializa

o lacê, anunciado pela empresa como “cordão renda irlandesa”.

Atualmente, o lacê é produzido exclusivamente para as rendeiras, não sendo um aviamento utilizado para outros fins. A máquina que produzia esse material foi trazida ao Brasil pelo fundador da YPU, e não há outra similar no país. Uma estratégia para enfrentar esse receio da descontinuidade da produção e a diminuição da qualidade do lacê era conseguir uma máquina para produção local, que pudesse ser melhor acompanhada pelas rendeiras, a fim de que a qualidade estivesse em conformidade às suas exigências e que o acesso ao produto não fosse menos custoso e mais frequente.

Essa ação pôde ser posta em prática a partir de um Termo de Compromisso firmado, em 2017, entre Iphan e o Estado de Sergipe, por intermédio do Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária (DER/SE), como compensação pelos danos causados ao patrimônio arqueológico durante a execução de uma rodovia^[15]. Considerando que os danos eram irreversíveis, resolveu-se que a compensação seria destinada ao patrimônio cultural do estado e que, portanto, a compromissária ficaria obrigada a arcar com os custos da aquisição de dez máquinas trançadeiras, para confecção do lacê, que seriam doadas às associações de Divina Pastora, Laranjeiras, Maruim e Nossa Senhora do Socorro (Estiva). A Torre Empreendimentos, empresa contratada pelo DER/SE para execução das obras, comprometeu-se em fabricar e doar as dez máquinas trançadeiras. A pesquisa empreendida pelo técnico da Superintendência do Iphan em Sergipe, Eric Ferreira Souza, que consultou e percorreu diversas fábricas, comprovou que a Torre apresentava a única máquina que produzia um fio e um trançado semelhante ao lacê fabricado pela YPU. A empresa também ficou responsável pela indicação e deslocamento de um técnico responsável a oferecer às rendeiras o treinamento necessário à operação da máquina^[16].

Em dezembro do mesmo ano, a empresa enviou amostras do lacê produzido pela máquina e o material foi aprovado pelas rendeiras dos núcleos. O primeiro treinamento foi realizado em abril de 2018, após o qual a máquina foi aprovada pelas rendeiras. Em outubro de 2018, as representantes das associações assinaram o Termo de Doação das máquinas. Cada núcleo, e a Superintendência do Iphan em Sergipe, recebeu duas máquinas. No mesmo mês ocorreu o evento que celebrou a chegada das máquinas, realizado no Museu da Gente Sergipana, e que contou com a presença da então presidente do Iphan, Kátia Bogéa.

Neste ano, ao visitarmos as sedes das associações e conversarmos com as rendeiras, percebemos que as máquinas não surtiram o efeito desejado. O lacê continua sendo fabricado por apenas uma fábrica e adquirido, pelas rendeiras, nos armarinhos da capital. Elas seguem sofrendo com o alto custo da matéria-prima e com as oscilações do produto - a cada lote o cordão é de uma cor. O atual estado das máquinas, como atestado pelo técnico Eric Souza^[17], revela o desuso.

As rendeiras alegam que não conseguiram produzir um lacê de qualidade. Não encontraram um cordão adequado, uma linha de qualidade e brilho, para revestir o cordão, que também não é fácil de encontrar; em alguns casos, tiveram problemas de regulação da máquina, não conseguindo chegar a uma cobertura uniforme do cordão. Conseguiram produzir fios de lacê sem brilho, com pouca estrutura e não adequado à produção da renda irlandesa - ou por ser de difícil manuseio, ou por não ter a rigidez necessária para conferir à estrutura que caracteriza a renda irlandesa.

Após um ano e meio afastado por licença médica, Eric Souza voltou ao Iphan no início deste ano, quando já havíamos dado início ao processo de Reavaliação. Em conversas entre os que assinam o presente parecer, quando discutíamos o atual estado da Renda Irlandesa e ele nos contava sobre o processo de pesquisa e aquisição das máquinas e escolha das matérias-primas necessárias à confecção do lacê, aventamos algumas possíveis razões para essa ação não ter surtido o efeito desejado.

As máquinas tinham o funcionamento adequado e produziam um lacê que foi aprovado, inclusive, pelas rendeiras. Elas receberam treinamento para manuseio da máquina - e pudemos perceber que elas, de fato, sabem manipular o instrumento. Consideramos que a ação desandou no processo de entrega das máquinas. Havia uma série de ações previstas para os momentos pré e pós entrega, que visavam a capacitação das rendeiras não só no manuseio da máquina, mas também nas redes e processos para aquisição do cordão e das linhas necessárias à produção do lacê, que não foram realizadas. Mais uma vez, mudanças na gestão da superintendência, desta vez somadas ao afastamento súbito e prolongado do técnico que acompanhava o processo desde sua concepção, acabaram por impactar o andamento das ações.

A partir das conversas com as rendeiras e com o retorno do Eric, percebemos que o problema é menos grave do que parece. O técnico já retomou os contatos que havia feito à época do TAC, refazendo as redes de estabelecimentos que possam ofertar os produtos necessários à confecção do lacê. Uma ação prevista e aprovada para o Plano de Ação Anual, pretende realizar oficinas que visam reforçar o treinamento já oferecido para o manejo da máquina e capacitar as rendeiras, de forma que elas possam adquirir a autonomia necessária e desejada por essa ação de salvaguarda.

2.3 Recomendações de Salvaguarda e encaminhamentos da Reavaliação

No dossiê de Registro foram apontados como desafios a serem enfrentados na salvaguarda da Renda Irlandesa: o protagonismo social a ser desempenhado pelas rendeiras na construção e reprodução das redes de apoio; o fortalecimento das formas e espaços de associação entre as rendeiras; a garantia de acesso à matéria-prima, notadamente o lacê; a

manutenção da qualidade da renda irlandesa e a inserção desse produto no mercado.

Como podemos ver, no que tange às formas associativas das rendeiras, ao longo dos anos após a titulação do bem, grupos surgiram, as associações se fortaleceram e hoje enfrentam o esvaziamento. Mesmo não tendo mais o poder aglutinador de antes, esses coletivos seguem sendo centrais nas ações de mobilização e salvaguarda, como o Conselho. Cabe a nós refletir como lidar com as rendeiras independentes de forma a garantir a representatividade deste, ainda que difuso, numeroso grupo; de forma a garantir a participação dessas mulheres nas instâncias de discussão, reflexão e proposição de ações de salvaguarda.

Além das rendeiras independentes, é preciso pensar também em como chegarmos às rendeiras de outros municípios que não os núcleos produtores. Ainda que, pelos relatos das rendeiras, não haja outra cidade ou povoado com produção significativa de Renda Irlandesa, seria recomendado ampliar a identificação dos detentores no Estado, consolidando as informações levantadas no período da consultoria da antropóloga Marina Zacchi, que mapeou a disseminação da prática em diversos municípios sergipanos. Caso esta ação seja entendida como necessária pela Superintendência, ela precisa ser encaminhada para a Coordenação-Geral de Identificação e Registro do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan sede, para providências.

Uma das causas desse desinteresse das rendeiras pelas associações, deixando aqui de lado os conflitos de gestão, é, no fundo, um desinteresse pela própria prática da renda irlandesa. Por ser uma prática minuciosa, que demanda horas de dedicação, ter uma matéria-prima custosa e ser de difícil comercialização, a renda irlandesa tem perdido, enquanto ofício, seu poder atrativo.

Sobre a inserção da renda irlandesa no mercado, atualmente trata-se mais de um incremento da comercialização desse bem, seja estabelecendo e fortalecendo redes de financiamento e apoio para a participação das rendeiras em feiras e exposição; seja pensando em espaços de referência nos próprios municípios, onde esse bem cultural pudesse ser exposto e comercializado. A produção de novos materiais e mídias, e reprodução dos já elaborados, como folders e panfletos, de divulgação do bem também é apontado pelas rendeiras como uma forma de incrementar o produto, destacando o valor simbólico e cultural da renda e valorizando o ofício das rendeiras. Também seria interessante pensar em novos meios de divulgação do bem cultural, considerando que desde o Registro as formas e meios de comunicação têm passado por profundas mudanças. Nesse sentido, considerar outros possíveis canais para difusão do bem cultural.

No que tange à qualidade da renda irlandesa, essa é uma preocupação que ainda se faz presente. Justamente na tentativa de conseguir comercializar as peças, as rendeiras acabam por optar pela diminuição da complexidade e tempo de execução das peças. Seria interessante avaliar como essa tendência, que inicialmente pode parecer restrita a um momento específico, pode tornar-se padrão; as rendeiras mais novas acabariam por não aprender riscos e pontos, considerados mais complexos. Essas mudanças não acarretariam numa descontinuidade da prática e do saber, mas em alterações na riqueza e complexidade desse modo de fazer.

A organização e publicação de acervos de riscos e pontos, a exemplo da publicação *Divina Pastora: caminhos da Renda Irlandesa* (FIGUEIREDO, ZACCHI, 2013), poderiam configurar importantes ações de produção e reprodução do bem cultural; assim como a realização de novas oficinas e cursos, voltados ao aperfeiçoamento das rendeiras com poucos anos de prática e à iniciação daquelas, e talvez daqueles, que tenham interesse em aprender essa prática.

Esse material também poderia ser utilizado nas ações educativas voltadas à capacitação de professores das escolas municipais para o tratamento do assunto renda irlandesa, assim como na sensibilização de agentes de turismo para a abordagem da renda irlandesa; propostas já presentes no esboço do Plano de Salvaguarda elaborado em 2012 e mencionadas pelas rendeiras nas reuniões em fevereiro e março deste ano.

Nas avaliações das ações já realizadas, as rendeiras comentaram como os eventos, tais como, por exemplo, *Divina Renda: I Seminário de Discussão para a Salvaguarda*, em 2009, e a exposição *Divina Renda*, foram momentos importantes para o intercâmbio entre elas, que normalmente não se encontram para tratar de questões relativas a Renda Irlandesa; e como eventos congêneres também podem propiciar boas oportunidades para intercâmbios entre rendeiras de outros estados.

Conclusão

Como buscamos explicitar neste Parecer, desde a sua titulação, o Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência o Ofício em *Divina Pastora* não passou por bruscas mudanças e as questões que eram pertinentes à época do Registro seguem tendo relevância. Ainda que diversas ações tenham sido realizadas e todas tenham, em alguma medida, contemplado as recomendações do Dossiê de Registro, as questões relativas ao lacê e à inserção da Renda Irlandesa no mercado ainda devem pautar futuras ações para Salvaguarda desse Bem Cultural, que também deve contemplar outras frentes e questões.

É notável a ampliação do grupo de mulheres envolvidas na prática desse modo de fazer, que agora tem presença reconhecida em Laranjeiras, Maruim e no povoado de Estiva. Ao longo desses quase 12 anos, as associações e cooperativas surgiram, ganharam e perderam força; mas as rendeiras, coletiva ou individualmente, continuam a seguir e produzir as sinuosas e

brilhosas tramas da Renda Irlandesa.

Essas mulheres também seguem criando novos pontos e peças, o que, ao contrário de descaracterizar o modo de fazer, o fortalece e o atualiza. A criatividade e o empenho em seguir mantendo e atualizando a prática demonstram que a Renda Irlandesa segue sendo referência cultural para essas mulheres e, de forma mais ampla, para o Estado de Sergipe.

Por considerar que esse Modo de Fazer segue enredando mulheres e seus saberes; que, a despeito de condições muitas vezes adversa, ele permanece como uma referência central para a identidade de suas praticantes; que suas transformações revelam vitalidade e capacidade de adaptação à diferentes conjunturas; somos favoráveis à Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil do Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência o Ofício em Divina Pastora.

Este é o nosso parecer.

Aracaju, 12 de março de 2021.

Flávia Klausing Gervásio

Técnica em História

Morena Barroso Martins de Freitas

Técnica em Ciências Sociais

Referências Bibliográficas

FIGUEIREDO, W.; ZACCHI, M. (orgs.). *Divina Pastora: caminhos da Renda Irlandesa*. Rio de Janeiro, Iphan, CNFCP, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência o ofício em Divina Pastora*. Coleção Dossiê dos Bens Registrados, n. 13. Brasília, DF: Iphan, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Saberes, fazeres, gíngas e celebrações. Ações para Salvaguarda de bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil: 2002-2018*. Brasília, DF: Iphan, 2018.

ZACCHI, Marina. *Relatório: Produto I do Projeto Apoio às Superintendências Estaduais para o Monitoramento e avaliação das ações de identificação, registro e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Aracaju, março de 2012a.

ZACCHI, Marina. *Resultados da articulação de parcerias para elaboração e implantação da salvaguarda do Modo de Fazer Renda Irlandesa: relatório do Produto III do Projeto Apoio às Superintendências Estaduais para o Monitoramento e avaliação das ações de identificação, registro e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Aracaju, agosto de 2012b.

ZACCHI, Marina. *Diagnóstico do andamento da elaboração e implementação do Plano de Salvaguarda da Renda Irlandesa: relatório do Produto IV do Projeto Apoio às Superintendências Estaduais para o Monitoramento e avaliação das ações de identificação, registro e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Aracaju, dezembro de 2012c.

[1] Esta e as demais atividades realizadas durante o processo de Reavaliação estão detalhadas no Relatório de Atividades (2549415). A partir da relatoria das reuniões com as detentoras, é possível perceber como as rendeiras se envolveram ativamente neste processo de Reavaliação, prestando informações, dirimindo dúvidas, esclarecendo pontos importantes e reafirmando o interesse na Revalidação do Registro da Renda Irlandesa. Em decorrência da pandemia de Covid-19, que desde março de 2020 vem impondo necessárias medidas de isolamento social que, entre outros fatores, impactam nossos trabalhos – instituição do trabalho remoto, suspensão de reuniões e deslocamentos – não pudemos realizar uma leitura final junto às detentoras deste Parecer. Assim, avaliamos que: a) no atual contexto, seria impossível viabilizar o deslocamento das técnicas até os núcleos produtores e tampouco solicitar às rendeiras a vinda à Aracaju; b) uma reunião virtual não teria adesão, devido ao perfil das detentoras, que têm idade e renda que não facilitam o acesso a essas tecnologias; c) o envio, pelos Correios, do Parecer somente às associações não seria efetivo, devido a divergência entre associações e rendeiras independentes; e d) mudanças recentes nas gestões municipais contribuíram para a desmobilização das rendeiras. Assim, embora não tenha sido possível fazer uma leitura final deste Parecer, julgamos não haver prejuízo ao andamento do processo, considerando ainda que este documento será publicado na íntegra do site do Iphan, permitindo que sua leitura seja feita e eventuais manifestações sejam remetidas ao Iphan.

[2] No total, recebemos 115 fichas preenchidas, sendo: 62 de Divina Pastora, 22 de Maruim, 19 de Laranjeiras e 12 de Estiva. Os dados dessas fichas serão utilizados ao longo deste Parecer e a ficha está nos anexos.

[3] As reuniões com as detentoras duraram, em média, quatro horas. Para não descumpriremos o prazo do processo, mesmo com a negativa de diárias, resolvemos realizar as reuniões em fevereiro e março. Inicialmente tínhamos previstos encontros em jornada, com mais tempo para realizarmos as atividades; mas optamos por encurtar a duração das reuniões, adaptando a metodologia pensada e mantendo o calendário. Pela elaboração do material, condução e relatoria das reuniões foram responsáveis as técnicas Flávia Gervásio e Morena Freitas. Nos encontros em Laranjeiras e Maruim contamos com o apoio de Thamires Leonel, mestrandia em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Iphan, para o registro fotográfico das reuniões.

[4] Os estatutos das associações e cooperativas constam no Processo 01504.000440/2012-09.

[5] A figura jurídica da associação também é importante para participação ou reconhecimento em eventos e títulos realizados ou concedidos por outras instituições. Foi a partir da mobilização da ASDEREN, por exemplo, que, em 2012, a renda de Divina Pastora obteve o selo de indicação geográfica pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Por ser uma vinculação a um território restrito, precisamente o que foi evitado com a proposta de alteração do título do registro, essa não seria uma ação relacionada à concepção de salvaguarda promovida pelo Iphan, mas para as rendeiras de Divina Pastora esse seria um “selo de qualidade”, que valoriza o produto por elas confeccionados.

[6] Realizado desde 1975, o evento promove as expressões culturais da cidade - como o Samba de Pareia, Reisado, Parafuso, São Gonçalo, Lambe Sujo, Caboclinho - e reúne artistas e pesquisadores da cultura popular. Além de oficinas, exposições, peças teatrais, cortejos folclóricos, e feiras de artesanato e shows, há também o simpósio do evento, que reúne pesquisadores, gestores e intelectuais com atuação na área. Toda a programação é aberta ao público e gratuita.

[7] A partir disso podemos inferir acerca de outros municípios e povoados onde há quem faça renda irlandesa, para além dos núcleos já identificados.

[8] Segundo as rendeiras, os preços são: R\$ 15,00, em média, é o custo o novelo de 240m da linha para o bordado, da marca Mercer Crochet, tida como preferencial entre as rendeiras; o carretel da linha para alinhar custa entre R\$ 2,00 e R\$3,00 e são várias as marcas utilizadas; e o lacê é fabricado apenas pela Expoente e 10 metros custam R\$ 11,90 e o rolo com 50 metros sai a R\$60,00. Para termos uma ideia, uma peça pequena, como um colar, são necessários mais de três metros de lacê. Sobre este produto específico, falaremos com mais detalhes adiante.

[9] A galeria do Centro de Arte e Cultura J. Inácio foi recorrentemente mencionada como um bom exemplo de local de venda. Localizada na orla de Atalaia, local bastante frequentado por moradores e turistas de Aracaju, a galeria reunia vários estandes que exibiam obras e artigos de artistas e artesãos do Estado, além de quiosques com comidas típicas e um palco onde se apresentavam músicos locais. Para as rendeiras, a galeria além de ser um ótimo ponto de venda, era também exemplar por sua gestão, muito bem avaliada por elas, pela transparência: era muito bem definido quais eram as percentagens da galeria e das rendeiras, e a prestação de contas era regular e detalhada. Desde dezembro o espaço está fechado para reforma e ainda não há previsão para sua reabertura.

[10] Como percebemos que em muitos momentos as rendeiras ficam acanhadas para falar, pensamos que para saber das motivações do fazer Renda Irlandesa fosse mais interessante pedir que elas escrevessem, anonimamente. Em um momento da reunião distribuíamos um pedaço de papel e caneta e ficávamos à disposição caso alguém quisesse alguma ajuda com a escrita. Essas são frases das rendeiras, mas não é possível identificá-las, apenas pelo município.

[11] Essa é uma proposta há muito aventada e já consta nos relatórios produzidos pela antropóloga Marina Sallovitz Zacchi, que foi consultora de Patrimônio Imaterial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) na Superintendência do Iphan em Sergipe entre os anos de 2012 e 2014, vinculada ao projeto Apoio às Superintendências Estaduais para o Monitoramento e avaliação das ações de identificação, registro e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, pelo convênio IPHAN/UNESCO 061. Dentre outras atribuições, Marina Zacchi era responsável pelo acompanhamento das ações de Salvaguarda da Renda Irlandesa.

[12] À essa época, integravam o Conselho a Secretaria de Estado do Trabalho, Juventude e Promoção da Igualdade Social (SETRAB), Secretaria do Estado de Cultura (SECULT), a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e da Tecnologia (SEDETEC), a Secretaria da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (SEIDES), o Ministério Público Federal (MPF), as prefeituras da Laranjeiras e Divina Pastora, o Museu do Homem Sergipano e o SEBRAE.

[13] O Decreto de 11 de abril de 2019 “extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”.

[14] Além da Renda Irlandesa, Marina também acompanhou algumas ações referentes à Roda e Ofício de Mestres da Capoeira, a pesquisa para o INRC de Laranjeiras e relativa à proposta de registro do Barco de Fogo em Estância.

[15] Vale ressaltar que houve um longo processo de pesquisa para elaborar a proposta apresentada no TAC. O técnico Eric Souza contactou diversas fábricas têxteis, em busca de outros materiais e soluções. Também em 2017 houve uma mesa de discussões sobre o lacê, na qual foi realizada uma visita à Poço Redondo (que seria?) para contactar rendeiras de bilro a fim de estudar alternativas. Ou seja, até chegar a essa solução, uma série de outras alternativas foram aventadas e, por fim, a aquisição das máquinas trançadeiras se estabeleceu como a medida mais efetiva.

[16] Para mais detalhes, ver Processo 01504.001859/2016-01.

[17] Conforme Notas Técnicas 58, 89 e 60 do Processo 01504.000440/2012-09.

[18] No site da loja (<http://expoentebordados.com.br/index.html#about>), na aba diversos, temos o “cordão renda irlandesa”.

[19] Doutorado em Ciência da Propriedade Intelectual, pela Universidade Federal de Sergipe, com período sanduíche na Universidade de Coimbra.

[20] A partir disso podemos inferir acerca de outros municípios e povoados onde há quem faça renda irlandesa, para além dos núcleos já identificados.



Documento assinado eletronicamente por **Morena Barroso Martins de Freitas**, Técnico I, em 16/03/2021, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Klausing Gervasio, Técnico**, em 16/03/2021, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2549539** e o código CRC **67B91233**.

Referência: Processo nº 01450.004129/2019-70

SEI nº 2549539